**Despacho n.º 8833/2007**

Considerando que se mostra temporariamente vago o cargo de director regional do Algarve, serviço desconcentrado da ASAE, previsto no Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, o qual compete ser dirigido por um dirigente intermédio de 1.º grau;

Considerando que, após análise curricular, se verificou que o licenciado em Direito Manuel Andrade dos Santos, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço de acordo com o *curriculum vitae* anexo;

Considerando que se mostra imprescindível assegurar a coordenação da respectiva unidade orgânica e considerando, ainda, o disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição e enquanto durar a vacatura do lugar, para exercer as funções de director regional do Algarve o licenciado em Direito Manuel Andrade dos Santos.

A nomeação produz efeitos a 9 de Abril de 2007.

26 de Março de 2007. — O Presidente, *António Nunes.*

**Síntese curricular**

Dados pessoais:

Nome — Manuel Andrade dos Santos;
Data de nascimento — 6 de Dezembro de 1958;
Naturalidade — freguesia do Socorro, concelho de Lisboa;
Bilhete de identidade n.º 5039807, emitido pelos SIC de Lisboa em 15 de Dezembro de 1994.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso de aperfeiçoamento/mestrado em Ciências Jurídico-Criminais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa 1999-2000.

Experiência profissional:

Investigador da Polícia Judiciária com a categoria de inspector-chefe;
De Maio de 1984 até Outubro de 1998 — exercício de funções na actualmente designada Direcção Central de Investigação, Corrupção e Infracções Económicas e Financeiras da Polícia Judiciária, com competências de prevenção, investigação e coadjuvação das autoridades judiciárias relativamente a diversos crimes;
De Julho de 2000 a 31 de Março de 2004 — exercício de funções de director de serviços do Departamento de Regulamentação e Aplicação do Direito Alimentar da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade;
De 2001 a Março de 2004 — representante do membro do Governo responsável pela área da alimentação na Comissão de Segurança;
De 15 de Junho a 31 de Dezembro de 2004 — exercício de funções de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Controlo Operacional da Inspecção-Geral das Actividades Económicas.

Formação profissional:

Cursos de Criminalidade Económica (CCE) — Direito Penal Económico/Introdução à Economia/POC/Direito das Sociedades/Sistema Bancário/Fundos e Subvenções/Moeda Falsa/Títulos de Crédito/Ouro — PJ 1992;
Curso de Direito Público — de 17 a 21 de Julho de 2000 — FDUL;
Curso «O novo contencioso administrativo» — de 14 a 18 de Julho de 2003 — FDUL;
Curso de Criminalidade Financeira e Mercado de Capitais — Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC) — 30 de Maio de 2005 — seis horas;
Curso de Cooperação Internacional Policial e Judiciária ISPJCC — de 21 a 23 de Setembro de 2005 — quinze horas;
Curso Geral de Segurança de Matérias Classificadas — Autoridade Nacional de Segurança — de 22 a 24 de Fevereiro de 2006 — quinze horas.

**Despacho n.º 8834/2007**

Através do despacho n.º 12 697/2006, de 1 de Maio, foram criados os sectores especializados de intervenção a que se referem os artigos 20.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro.

Assim, tendo em conta os critérios de integridade, isenção, capacidade de coordenação, competência e disponibilidade, bem como ponderada a proposta apresentada pelo director regional do Algarve da ASAE, determino:

1 — O sector SEGAL da Direcção Regional do Algarve da ASAE é coordenado pela inspectora superior principal Maria Rosário Vieira Antunes Cunha.

2 — O sector FISEC da Direcção Regional do Algarve da ASAE é coordenado pelo inspector principal Carlos Manuel dos Santos Rodrigues.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Abril de 2007.

13 de Abril de 2007. — O Presidente, *António Nunes.*

## Direcção-Geral do Turismo

**Aviso n.º 8785/2007**

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 28 de Dezembro de 2006, foi prorrogado o prazo de validade da utilidade turística atribuída, a título prévio, ao Hotel Viana, de 4 estrelas, a levar a efeito na Avenida do Capitão Gaspar de Castro, em Viana do Castelo, requerido por TURILIMA — Empreendimentos Turísticos do Vale do Lima, S. A.

A referida utilidade turística é agora válida até 20 de Fevereiro de 2008, devendo o estabelecimento abrir ao público até 20 de Agosto de 2007.

O empreendimento em apreço foi declarado de utilidade turística a título prévio por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 17 de Maio de 2005, publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 116, de 20 de Junho de 2005.

10 de Janeiro de 2007. — Pela Comissão de Utilidade Turística, *Margarida Carmo.*

3000223845

## Direcção Regional da Economia do Centro

**Aviso n.º 8786/2007**

Por despacho do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor de 16 de Março de 2007, foi anulado o concurso interno de acesso geral para a categoria de técnico profissional especialista principal, aberto pelo aviso n.º 10 572/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 27 de Setembro de 2006.

9 de Abril de 2007. — O Director de Serviços, *Adelino José Lopes de Sousa.*

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

## Secretaria-Geral

**Despacho n.º 8835/2007**

Considerando a nomeação, em 24 de Setembro de 2004, da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Henriques Costa Ferreira para o cargo de director de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral deste Ministério;

Atento o disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

É mantida a comissão de serviço da licenciada Maria de Fátima Rodrigues Henriques Costa Ferreira no cargo de director de serviços de Recursos Humanos desta Secretaria-Geral, previsto no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 7/2007, de 27 de Fevereiro, conjugado com a alínea *a*) do artigo 1.º da Portaria n.º 219-B/2007, de 28 de Fevereiro.

5 de Março de 2007. — A Secretária-Geral, *Luísa Dangues Tomás.*

**Despacho n.º 8836/2007**

**Estrutura orgânica flexível da Secretaria-Geral do MADRP**

O Decreto Regulamentar n.º 7/2007, de 27 de Fevereiro, aprovou a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo a Portaria n.º 219-B/2007, de 28 de Fevereiro, estabelecido a sua estrutura orgânica nuclear, e a Portaria n.º 219-L/2007, de 28 de Fevereiro, fixado o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços, bem como o número máximo de chefes de equipa multidisciplinares.